

CCDR-N QUER SER OUVIDA E TER PODER DE DECISÃO NA ATRIBUIÇÃO DOS FUTUROS APOIOS NO ÂMBITO DA AGRICULTURA

Azeite: é preciso criar uma marca-chapéu que confira identidade ao produto nacional

Págs. IV e V



Destaque

Aquacultura: Governo renova mais de 1100 licenças para atividade aquícola por mais um ano e evita "caos" no setor



Págs. VI e VII

Destaques

MAIS DE UMA CENTENA DE ACADÉMICOS LANÇAM MANIFESTO "EM DEFESA DA SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA PORTUGUESA"

O 'greening' foi "um fracasso" e "é preciso ver para onde vão os incentivos" da nova PAC

Págs. II e III

Navigator recebe 140 mil m³ de madeira de eucalipto da Portucel Moçambique

Pág. VI

MAIS DE UMA CENTENA DE ACADÉMICOS LANÇAM MANIFESTO “EM DEFESA DA SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA PORTUGUESA”

O ‘greening’ foi “um fracasso” e “é preciso ver para onde vão os incentivos” da nova PAC

Mais de uma centena de docentes universitários e investigadores de todo o país assinaram o manifesto “Em Defesa da Sustentabilidade da Agricultura Portuguesa”, que já foi entregue à ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes.

Em entrevista à “Vida Económica”, Miguel Viegas, docente na Universidade de Aveiro e um dos subscritores, faz notar que a nova PAC vai começar a ser aplicada em 2023 e que “a complexidade daquilo que está em discussão é grande”. Alertando que, no atual PDR2020, “o ‘greening’ foi um fracasso” e que é preciso defender “uma agricultura mais sustentável”, o docente da Universidade de Aveiro deixa um repto para a preparação do futuro plano estratégico da PAC: “é preciso ver para onde vão os incentivos” da nova PAC.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – O que é que motiva este manifesto?

Miguel Viegas – O que motiva o manifesto é o momento político. Por um lado, estão-se a fechar os regulamentos da Política Agrícola Comum (PAC). Isto, embora aqui o alcance do manifesto seja reduzido porque tudo isso é feito em Bruxelas ao nível do trílogo, Parlamento Europeu, Comissão Europeia e Conselho Europeu (apesar de o Governo português ter de dar o seu contributo, até porque está a assumir a presidência do Conselho da UE este semestre).

Mas tudo isto é importante para termos uma PAC cada vez mais alinhada com as questões do desenvolvimento do território e da sustentabilidade da agricultura.

VE – Falam da necessidade da defesa de uma agricultura mais sustentável, mas aquilo que se tem vindo a discutir em Bruxelas no âmbito da reforma da PAC não vai justamente ao encontro dessa preocupação com a sustentabilidade da agricultura?

MV – Vai. Os regulamentos estão quase fechados, espero eu, mas há, ainda assim, matérias que têm a ver com a comparticipação nacional, com o próprio regime de avaliação pelo desempenho, etc. É evidente que o nosso objetivo não é travar isto, o objetivo da ministra da Agricultura – e bem – é concluir os regulamentos durante o semestre, para não haver atrasos e os países comecem a elaborar os seus

planos estratégicos. E é aí, de facto, que a comunidade académica pode ter uma palavra importante.

VE – Porquê?

MV – Porque neste regulamento – que está praticamente pronto e não acredito que haja grandes modificações – há uma maior latitude que é dada aos Estados para aplicação, para controlar, etc.

VE – No sentido de uma maior autonomia dos Estados?

MV – Exatamente. No sentido de gerirem os envelopes [financeiros] de forma mais autónoma e mais adaptada à realidade de cada país. Portanto, na elaboração dos planos estratégicos que agora vai começar – admito até que já haja um esboço por parte do Governo – era muito importante que isto saísse um bocadinho para lá da participação tradicional das associações. Que participam – e bem –, mas tendo em conta que há aqui também objetivos que vão para além da mera produção agrícola, era útil que a comunidade académica pudesse participar.

VE – Do que é que fala quando diz que há objetivos que vão para além da mera produção agrícola?

MV – A grande novidade, por exemplo, está nos esquemas ecológicos.

VE – Os eco-regimes. Que, de resto, estão a gerar muitas dúvidas da parte de muita gente do setor.

MV – Claro. Uma certeza existe: o ‘greening’ foi um fracasso. Era impossível a partir de um regulamento esboçar regras rígidas que se aplicassem a uma diversidade de territórios tão grande como a que temos dentro da União Europeia.

VE – E o ‘greening’ vai desaparecer e aparecem agora os eco-regimes?

“Promover uma distribuição mais equilibrada dos fundos entre agricultores, entre culturas e entre políticas” é uma das “linhas estratégicas” apresentadas no manifesto

MV – Os regulamentos ainda não estão fechados, mas a ideia que tenho é que o ‘greening’ pura e simplesmente desaparece dentro da nova arquitetura verde. E é substituído por duas coisas. Primeiro, uma condicionalidade um bocadinho mais alargada. Aquilo que era a condicionalidade que obrigava ao respeito por uma série de diretivas é um bocadinho mais alargada. Depois, em cima disto, de uma forma voluntária, entram então os esquemas ecológicos, em que, aí, os governos têm praticamente as mãos livres – e isto tem



Miguel Viegas é docente na Universidade de Aveiro e um dos subscritores do manifesto “Em Defesa da Sustentabilidade da Agricultura Portuguesa”.

de ser negociado com a Comissão Europeia – para estabelecerem parcerias, através de um conjunto de práticas, que podem ser remuneradas através do pagamento de base. Há aqui um desafio importante.

VE – Qual é o propósito deste vosso manifesto?

MV – A comunidade académica pode ter aqui um papel importante. Esta é uma atitude construtiva. Nós estamos preocupados porque há uma preocupação da sociedade civil em relação a um determinado modelo que está a ser instalado, mas não só, também no Algarve, que não augura nada de bom.

VE – A agricultura intensiva?

MV – Claro. Aquilo que dizemos é que os agricultores não são os maus da fita. Os agricultores respondem às regras que estão estabelecidas. E se as regras nos empurram para aí... as pessoas são racionais. Nós não estamos contra ninguém, apenas queremos regras que permitam um alinhamento maior das práticas agrícolas com os grandes desafios do século XXI e que

tem a ver com o inverter desta tendência de despovoamento de vastas áreas do nosso país. Mas isto, lá está, implica a valorização de um determinado tipo de práticas agrícolas que, naturalmente, têm de ser apoiadas por esta PAC. Se não, vamos continuar a assistir à desertificação do mundo rural.

Por outro lado, isto é uma manta. Temos de tirar de um lado para por no outro. O regulamento não é tão mau... Fala dos circuitos curtos, dessas práticas todas da agricultura biológica... agora, o que poderá haver é, no quadro deste plano estratégico, uma distribuição dos fundos que reequilibre um bocadinho mais a nossa agricultura em favor de práticas mais sustentáveis e menos [focada] naquela parte do olival intensivo, dos abacateiros ou do amendoal, que é preocupante. Embora repita: não estamos aqui a criminalizar ninguém, mas simplesmente a reclamar regras que evitem encurralar os agricultores nessa via da agricultura intensiva que, em última análise, nos prejudica a todos.

VE – A componente verde da nova PAC, com uma condicionalidade mais alargada e os eco-regimes que se estão a desenhar, é compaginável com a agricultura intensiva?

MV – Tudo é permitido. Agora, é preciso ver para onde vão os incentivos. Tem de se criar um regime de incentivos mais musculado em que os agricultores possam adotar práticas cada vez mais sustentáveis, mas sem que isso seja feito à custa do seu próprio rendimento. Incentivar os produtos com denomina-

ção de origem, incentivar a agricultura biológica, a produção integrada, os circuitos curtos... O programa LEADER [Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural], [cuja dotação] creio que vai ficar nos 5%, vamos ver, são tudo escolhas e que, muitas vezes, não é uma questão de mudar os regulamentos, mas de ponderar estes ou aqueles apoios no sentido de desequilibrar um bocadinho mais a favor das práticas mais sustentáveis.

“Garantir estruturas de apoio aos agricultores na elaboração das candidaturas e o acompanhamento técnico” e “reforçar significativamente, face ao atual PDR 2020, as verbas para melhoria das funções do solo, mitigação e adaptação às alterações climáticas” são ideias defendidas no manifesto

Muito olival foi posto com subsídios. Não temos dúvidas. É porque esses subsídios existem. Em contrapartida, quando vamos ver as outras linhas para a agricultura de montanha, são sete cêns a um osso, porque são curtinhas [na dotação], esgotam-se rapidamente. E este nosso movimento [académico], que agregou rapidamente, em 15 dias, mais de 100 personalidades das diversas instituições de Norte a Sul do país, revela também essa consciência.

VE – A comunidade académica sentiu que não estava a ser ouvida nesta reforma da PAC?

MV – Pelo menos, sentiu vontade de participar. Por isso é que agora vamos procurar organizar um debate, uma primeira experiência, que envolva também as associações de agricultores e de desenvolvimento local, o que não fizemos até agora, porque queríamos que esta fosse uma tomada de posição mais setorial. Mas claro que o diálogo tem de ser feito com todos. E da parte da academia há muita vontade. Desde o Algarve, Beja, Bragança, Porto, Viana do Castelo e até dos Açores vieram rúbricas de pessoas que identificaram ali uma oportunidade de participação neste debate e imediatamente aderiram. E este é o momento de prosseguir este debate e este diálogo.

VE – Porque é que diz isso?

MV – Repare: a nova PAC vai começar a ser aplicada em 2023. A complexidade daquilo que está em discussão é grande. E nós estamos exatamente no momento em que se inicia a discussão do Plano Estratégico, isto é, como é que Portugal vai pegar nos regulamentos da PAC e como é que vai aplicar aquele envelope financeiro [“9400 milhões para os próximos sete anos”, garante a ministra da Agricultura, Maria

do Céu Antunes] à nossa agricultura. Esta é uma oportunidade de ouro para que, desta vez, a academia possa ter uma participação mais ativa.

VE – Está instalada alguma polémica acerca dos prós e contras da agricultura intensiva em Portugal. Uns defendem-na em nome da rentabilidade e competitividade económica dizendo que é fundamental para alimentar a população do planeta;

outros reivindicam maior domínio da agricultura familiar e apoio às pequenas explorações, em nome até do equilíbrio e da coesão territorial. Como olha para este debate?

MV – Olho com muito interesse. E ainda bem que as pessoas começam a ficar despertadas para este problema. Eu recordo a História: esta preocupação surgiu, curiosamente, no Japão, nos anos 60, e estendeu-se aos Estados Unidos, que era a pátria da agricultura intensiva, mas é também a pátria onde

“A comunidade académica sentiu vontade de participar. Agora vamos procurar organizar um debate, uma primeira experiência, que envolva também as associações de agricultores e de desenvolvimento local”

nasceu este movimento que defende uma maior cooperação entre consumidores e produtores no sentido de haver uma maior preocupação mútua com as questões ambientais. Uma preocupação que se espalhou por toda a Europa e que começa a chegar a Portugal. Esse movimento dos cestos, dos acordos entre produtores e consumidores, é ótimo que chegue neste momento à atualidade mediática, porque é um debate incontornável. Estas práticas que vemos, designadamente no Alentejo, numa soma simples, aritmética, dá para perceber a sua insustentabilidade. Só o imediato é que permite que aqueles investimentos sejam realizados. Agora, volto a dizer: esta é a economia que temos, são as regras que temos. Muitas vezes os agricultores são pessoas racionais, nós todos somos racionais, procuramos dentro das regras que vigoram o nosso melhor bem-estar. E as empresas procuram o seu mercado.

VE – As políticas públicas é que têm de desempenhar um papel regulador, é isso?

MV – Claro. Temos de mudar as regras, em vez de termos um modelo orientado para a exportação, que é disso que se trata. O azeite é um excelente exemplo. Em Portugal convivem bem os dois modelos [tradicional e intensivo]. Convivem, mas eu deixo o alerta: convivem porque houve uma doença [bactéria Xylella Fastidiosa] que dizimou metade do olival italiano. Quando a Itália recuperar, este modelo orientado para a exportação vai ser um problema. Mas do ponto de vista das práticas, há dois modelos que convivem: um modelo mais a Norte, do olival tradicional, já também intensivo, mas de uma forma minimamente sustentável; e o olival intensivo e superintensivo que acontece no Ribatejo e no Alentejo. E nós vemos que há produtividades diferentes, mas há um azeite de grande qualidade. E se olharmos para uma rentabilidade estrita, e para o médio/longo prazo, o olival tradicional, naturalmente com práticas modernas e mais produtivas – e vemos isso no Fundão, na Cova da Beira e até ao nível dos lagares e das práticas agrícolas e da seleção das estirpes – ninguém defende a manutenção de um estado quase pré-histórico. É possível e desejável evoluir, dentro daquilo que é o olival e as práticas tradicionais. E isso tem acontecido. É que, do ponto de vista sanitário e da rusticidade, as práticas mais intensivas vão ter custos, ao nível

de medicamentos, de proteção, entre outros.

VE – O que é que sugere? É necessário calibrar melhor o apoio ao investimento em produções mais intensivas?

MV – Exatamente. E dentro dos tais esquemas ecológicos é perfeitamente possível propor isto e premiar, por exemplo, o emparcelamento e evitar superfícies contínuas. Mesmo nos olivais e amendoais, devia haver instrumentos que permitissem a divisão daquelas superfícies em parcelas, com separação em sebes – que são reservatórios de biodiversidade – e uma diversificação que não ponha causa a rentabilidade da exploração. É possível, mesmo em contexto de produção intensiva, encontrar medidas que permitam minimizar, por exemplo, uma das questões de que se fala muito: a contaminação da própria vizinhança.

Livro “A Política Agrícola Comum Pós-2020: Os Desafios para Portugal” de Miguel Viegas lançado pela “Vida Económica”



O livro editado pela “Vida Económica” tem prefácio do ex-ministro da Agricultura, Arlindo Cunha

Miguel Viegas, professor universitário e ex-deputado europeu, acaba de ver publicado o livro “A Política Agrícola Comum Pós-2020: Os Desafios para Portugal”. É editado pela “Vida Económica” e tem prefácio do ex-ministro da Agricultura, Arlindo Cunha.

A obra parte da experiência do autor, que trabalhou no setor agropecuário durante duas décadas, esteve cinco anos no Parlamento Europeu e é presentemente docente e investigador na Universidade de Aveiro.

O livro, estruturado em três capítulos (1. A Política Agrícola Comum, a sua evolução e os seus desafios; 2. A Agricultura Portuguesa no quadro 96 da integração Europeia; 3. A Política Agrícola Comum pós-2020), pretende fazer uma síntese sobre a história da agricultura portuguesa do século XX até aos nossos dias e sobre a forma como o setor agrícola se adaptou à integração de Portugal na União Europeia. O leitor encontra também uma descrição do que foi a evolução da Política Agrícola Comum (PAC) com as suas reformas, sem esquecer o seu enquadramento no mercado mundial.

O autor considera que, para se entenderem os grandes desafios da atual PAC, tema central do livro, é necessário compreender a história e os fundamentos daquela que é a mais antiga política comum da União Europeia. O livro, diz Miguel Viegas, constitui “uma ferramenta indispensável para todos aqueles que se interessam por este setor fundamental e pretendem participar no debate em curso sobre a agricultura que queremos para Portugal e para a Europa”.

A CCDR-N QUER SER OUVIDA E TER PODER DE DECISÃO NA ATRIBUIÇÃO DOS FUTUROS APOIOS NO ÂMBITO DA AGRICULTURA

Azeite: é preciso criar uma marca-chapéu que confira identidade ao produto nacional

Produção, produtividade, qualidade, rentabilidade, sustentabilidade, olival tradicional "versus" intensivo ou superintensivo, acesso à água, o preço, as vendas a granel e não declaradas, a concorrência desleal, as DOP e IGP, o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020) e o novo Quadro Financeiro Plurianual (Portugal 2030) e o PRR – Programa de Recuperação e Resiliência. Estes foram os grandes temas em debate no webinar "Os desafios da Olivicultura", integrado no ciclo de webinars "Desafios e oportunidades do agroalimentar da próxima década", organizado pela "Vida Económica".

Todos os oradores convergem: "Portugal produz muito e tem muito bom azeite, mas há muito pouca formação nesta área". Mais grave "é difícil vender em mercados competitivos em que Portugal não é conhecido como produtor". Além de que "não há educação para o consumo de azeite" nem sequer uma marca-chapéu que confira identidade ao produto nacional.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Conselho Oleícola Internacional (COI) avançou previsões segundo as quais a produção mundial de azeite deverá rondar as 3 197 000 toneladas (2 232 500 na União Europeia) na campanha 2020/21. Se se confirmarem, haverá uma quebra de 10 000 toneladas, tendo em conta as 3 207 000 registadas na temporada anterior.

Portugal, diz o COI, deverá alcançar uma produção de apenas 100 000 toneladas na campanha que arranca em novembro, ou seja, menos 28% do que em 2019/20. Os números do Instituto Nacional de Estatística (INE) são idênticos. Nas previsões agrícolas de janeiro, o INE aponta para uma diminuição de 25% na produção de azeitona para azeite, essencialmente devido ao fraco vingamento dos frutos. Apesar disso, as 734 mil toneladas previstas posicionam esta campanha como a sexta mais produtiva dos últimos 80 anos.

Quando ao consumo mundial, as previsões apontam que será de 3 185 500 toneladas, ou seja, menos 1,49% face à campanha anterior, com a União Europeia a manter a liderança do consumo, com um total de 1 593 500 toneladas (+4,9%), seguida dos Estados Unidos, com 399.500 toneladas (+11,9%), e da Turquia, com 170.000 toneladas (-2,8%).

No webinar "Os desafios da Olivicultura", a oleóloga Ana Carrilho, diretora de produção da Esporão, sublinhou que os números dizem respeito a "médias" e que "entre os produtores que trabalham



para a Esporão houve quebras muito significativas na última campanha". Principalmente nas variedades tradicionais e nas não regadas (de sequeiro). "As pessoas continuam a trabalhar com paixão, mas a paixão não paga contas. E, realmente, foi um ano muito, muito difícil para estes olivicultores", lamenta.

Ana Carrilho: "Não há educação para o consumo de azeite"

A Esporão trabalha com "entre 60 e 65 olivicultores em todo o Alentejo, num raio máximo de 100 quilómetros", alguns já em modo biológico. Cerca de 30 a 35% do azeite é vendido no mercado português, todo o restante vai para os mercados externos, nomeadamente Brasil, Estados Unidos e Canadá, os seus mercados prioritários. A empresa "privilegia as variedades autóctones, portuguesas, como forma de diferenciação nos mercados", e, nos últimos anos, "apostámos no azeite biológico", refere Ana Carrilho. O olival de onde vem o Azeite Biológico Olival dos Arrifes é, aliás, premiado nacional e internacionalmente. "Foi plantado em 2006/2007, já com o intuito de produzir azeite biológico".

Questionada sobre os desafios, a oleóloga garante que são "muitos", principalmente para quem continua a apostar em olivais tradicionais, em variedades portuguesas e numa diferenciação que o consumidor ainda não faz. "Ninguém sabe quais são as diferenças".

"Obviamente temos as DOP [denominação de origem protegida], não temos IG [indicação geográfica], infelizmente, mas as DOP não têm feito o trabalho de comunicação que era esperado. A maior parte das DOP não muda, não acrescenta nada, há mais de 20 anos. São DOP completamente mortas e não têm sequer forma de sobreviver, porque as quantida-

des comercializadas são muito pequenas e algum desse azeite até é vendido a granel", lamenta Ana Carrilho.

Portugal tem, assim, "dificuldade em vender em mercados competitivos", porque "não é conhecido como produtor de azeite". Depois, "não há educação para o consumo de azeite", "para além de não termos sequer nas escolas de cozinha cadeiras sobre azeite. É gravíssimo. Os nossos 'chefs' que saem dessas escolas não têm conhecimento sobre azeite, que é um produto português que faz parte da nossa tradição", diz a diretora de produção da Esporão. "É triste ver que não temos uma associação de 'sommeliers' e temos países como o Japão que têm duas associações de 'sommeliers' e cuja produção quase nem aparece no mapa".

Por outro lado, refere a oleóloga, "os centros de investigação desapareceram, o que faz com que as dificuldades das nossas variedades sejam cada vez maiores, porque não têm forma de vingarem e se tornarem mais competitivas". Em suma: "não há formação disponível para técnicos. Somos o sexto país produtor, mas não temos escolas que ensinem sobre azeite".

Azeite: "Portugal não tem uma marca nacional"

Francisco Pavão participou neste webinar a partir de "um dos poucos" centros de investigação que trabalha com o olival. "Estou no Centro de Investigação de Montanha do Politécnico de Bragança", revelou, lembrando que, na região de Trás-os-Montes, "em cerca de 80 mil hectares de olival praticamente todo ele é tradicional. Ao contrário do Alentejo, mantemos muito forte a aposta nas variedades tradicionais".

Naquela região, "o olival está fortemente ligado à DOP Trás-os-Montes",

produzido na região transmontana, nos concelhos de Mirandela, Vila Flor, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Vila Nova de Foz Côa, Carrizada de Ansiães e nalgumas freguesias dos concelhos de Valpaços, Murça, Moncorvo, Mogadouro, Vimioso e Bragança.

Certo é que as DOP têm, na verdade, "muitas dificuldades". Francisco Pavão reconhece: "A Azeite de Trás-os-Montes DOP, desde que foi criada, em 1994, nada alterou no seu regulamento. Isso é um entrave às produções e à diferença de variedades que temos de há 30 anos para cá". Isto, para além dos "muitos constrangimentos no regadio", numa região onde "o acesso à água é bastante difícil e não se preveem novas estruturas de regadio. Mais de 80% do olival transmontano é de sequeiro".

A região de Trás-os-Montes tem a Azeite de Trás-os-Montes DOP. Por sua vez, na região do Douro "já há uns anos" que se está a trabalhar na criação de uma IGP para o azeite Douro. Sem sucesso, ainda. "A principal ameaça são os preços", alerta o presidente da APPITAD. "Produzir um litro de azeite no Douro custa entre seis e oito euros. É um entrave. Nos vinhos, conseguimos explicar ao consumidor que se paga mais por uma garrafa de vinho de vinhas velhas ou de uma região onde se produz menos, mas dificilmente conseguimos explicar, até pela falta de informação do consumidor, que o azeite produzido em patamares custa, no mínimo, oito euros", lamenta Francisco Pavão, notando que "nalguns locais é muito difícil colher azeitona e sobreviver".

E há o problema da mão de obra, "sobretudo na altura da colheita". E as questões da promoção. "Portugal não tem uma marca nacional, como nos vinhos ('Wines of Portugal')". Nos azeites, não conseguimos ter essa identidade. É uma

grande lacuna. Há 20 anos que andamos a tentar criar uma marca-chapéu. Já tive responsabilidades nisso e posso fazer 'mea culpa'. O que falha, diz Francisco Pavão, "é, sobretudo, o entendimento do setor e a perceção de que Portugal é um país produtor de azeite de qualidade".

Por fim, "há uma grande falta de formação". "Podemos contar, entre escolas agrárias e universidades, quantas têm uma cadeira ligada à olivicultura. Bragança tem uma cadeira chamada 'Azeite e Óleos Alimentares', mas não sei se o ISA [Instituto Superior de Agronomia] tem a cadeira, se Évora ou Vila Real têm. Há muito pouca formação nesta área".

Alqueva: "é complicado vedar aos olivicultores continuarem a plantar"

A Olivum representa 100 associados, 300 explorações e 12 lagares de azeite. Abrange a área geográfica do Alentejo e do Ribatejo. Gonçalo Almeida Simões identifica "quatro desafios": o da produção, do consumo, da comunicação e o político, relativamente ao setor do azeite e do olival.

"O desafio do setor é estar atento e tentar bater novamente as 140 mil toneladas nesta campanha que se aproxima", diz o diretor executivo da Olivum. Contudo, "não nos podemos ficar pela quantidade, porque a qualidade é essencial. Proporcionalmente, não há nenhum país no mundo que tenha esta percentagem de 95% do azeite produzido ser azeite virgem e virgem extra. Podemos pensar em Espanha ou em Itália, com quantidades muito superiores a Portugal, mas que andam em percentagens muito inferiores em termos de qualidade do azeite. Portanto, essa variável da qualidade é muito importante", diz.

É, aliás, "este binómio qualidade/quantidade que nos levará a estar melhor ou pior, porque somos o oitavo maior produtor de azeite e o sexto maior exportador a nível mundial". Internamente, "o desafio da produção é que o azeite seja dos seis produtos agrícolas que assegure a autossuficiência em Portugal. E há poucos produtos em que podemos dizer que somos autossuficientes", lembra o responsável da Olivum.

Quando ao consumo, nesta campanha "todos baixaram em termos de produção": Itália, Grécia, Marrocos, Tunísia e Portugal. "Só houve um que aumentou: a Espanha". Contas feitas, diz Gonçalo Almeida Simões, "mesmo que o consumidor não tenha consumido mais azeite, a verdade é que há uma diferença de 3,11 milhões de toneladas para 3,14 milhões de toneladas que levou a que o consumo subisse". E o consumo, já se sabe, "passa muito pela educação". Considera, aliás, "absolutamente impressionante que um produto que pertence à dieta mediterrânica, que é património da Humanidade, não seja mais dinamizado em Portugal". As crianças, diz, "não são minimamente sensibilizadas para o consumo do azeite", um "produto inócuo, não alcoólico, que se podia trabalhar nas bases e cativar

aqueles que são as gerações de futuro". "E o mesmo se aplica às escolas de hotelaria". Na sua opinião, "era preciso um empurrão grande em termos de consumo".

Quanto ao desafio da comunicação, "ficamos descansados com o estudo da EDIA, de março de 2021, que é muito positivo para o setor e deve descansar tudo o que são 'stakeholders', decisores políticos e outros mais, que têm revelado muitas inquietações eu diria por falta de conhecimento, muitas vezes".

Quando ao estudo que saiu agora em 2021 e desde logo proibiu a plantação de novos olivais na área de regadio do EFMA [Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva]. Ora, na sua opinião, é "complicado vedar aos olivicultores continuarem a plantar na área do EFMA com acesso a ajudas do PDR".

A dois anos da transição para a nova Política Agrícola Comum (PAC), gostava de ver, "já com o estudo da EDIA de março de 2021 cá fora", uma decisão política em relação ao olival plantado na área de

que pediu o estudo que saiu agora em 2021 e desde logo proibiu a plantação de novos olivais na área de regadio do EFMA [Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva]. Ora, na sua opinião, é "complicado vedar aos olivicultores continuarem a plantar na área do EFMA com acesso a ajudas do PDR".

A dois anos da transição para a nova Política Agrícola Comum (PAC), gostava de ver, "já com o estudo da EDIA de março de 2021 cá fora", uma decisão política em relação ao olival plantado na área de

que pediu o estudo que saiu agora em 2021 e desde logo proibiu a plantação de novos olivais na área de regadio do EFMA [Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva]. Ora, na sua opinião, é "complicado vedar aos olivicultores continuarem a plantar na área do EFMA com acesso a ajudas do PDR".

A dois anos da transição para a nova Política Agrícola Comum (PAC), gostava de ver, "já com o estudo da EDIA de março de 2021 cá fora", uma decisão política em relação ao olival plantado na área de

ANA CARRILHO

Oleóloga e diretora de produção do Esporão

"Estamos num mercado em que há azeites, mas em que ninguém sabe quais são as diferenças. Obviamente temos as DOP, não temos IGP, mas, infelizmente, as DOP não têm feito o trabalho de comunicação que era esperado. A maior parte das DOP não acrescenta nada há mais de 20 anos".



FRANCISCO PAVÃO

Presidente da APPITAD - Associação de Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro

"Portugal não tem uma marca nacional de azeites, como os vinhos, com o 'Wines of Portugal'. Não conseguimos ter essa identidade. É uma grande lacuna. Há 20 anos que tentamos criar uma marca-chapéu, mas falha o entendimento do setor e a perceção de que Portugal produz azeite de qualidade".



GONÇALO ALMEIDA SIMÕES

Diretor executivo da Olivum - Associação de Olivicultores do Sul

"O binómio qualidade/quantidade é que nos levará a estar melhor ou pior. Somos o oitavo maior produtor de azeite e o sexto maior exportador a nível mundial. O azeite é dos seis produtos agrícolas que assegura a autossuficiência em Portugal. E há poucos produtos em que podemos dizer que somos autossuficientes".



MIGUEL ALVES

Presidente do Conselho Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

"Neste momento, no contexto europeu, 82% dos pagamentos diretos no âmbito do primeiro pilar da PAC destinam-se a apenas 20% dos agricultores. No contexto nacional, são 87% destes pagamentos para 20% dos agricultores. Isso prejudica todos, prejudica o Norte, mas prejudica aqueles que cultivam e produzem".



O estudo, recorde-se, refere que o olival está adaptado à região do Alqueva, de modo a "pacificar e estabilizar o conhecimento que há em relação ao setor". Desde logo porque há 120 mil hectares irrigados e se vai aumentar a área de regadio em mais 50 mil hectares.

Sobra, agora, o desafio político. Gonçalo Almeida Simões lamenta "uma decisão, de março de 2019, do então ministro [da Agricultura] Capoulas Santos,

regadio do Alqueva, de modo a "pacificar e estabilizar o conhecimento que há em relação ao setor". Desde logo porque há 120 mil hectares irrigados e se vai aumentar a área de regadio em mais 50 mil hectares.

"O Norte nem sempre tem dado a atenção à agricultura que a agricultura merece"

O novo Quadro Financeiro Plurianual

(QFP 2021-2027) da União Europeia (UE-27) prevê para Portugal 29,8 mil milhões de euros, mais 15,3 mil milhões do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR - "Next Generation EU"). No âmbito da PAC - Política Agrícola Comum, há 9400 milhões para os próximos sete anos.

A 30 de março, o Conselho Regional do Norte aprovou uma deliberação, com apenas duas abstenções (uma delas a CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal), para que seja garantido "pelo menos 50%" do Portugal 2030 ao Norte do país. Sublinham ainda a prioridade de ver revistos, no Plano Estratégico e na programação da nova PAC, os critérios de atribuição de apoios à atividade e ao rendimento agrícola, exigindo "mais autonomia de decisão e de gestão regional", nomeadamente nos fundos para a agricultura.

Miguel Alves deixa o alerta: "o Norte nem sempre tem dado a atenção à agricultura que a agricultura merece". E há, aqui, "a possibilidade de trabalhar o agroindustrial, a agricultura, desde a agricultura de produção à mais intensiva ou a agricultura de subsistência", que é "fundamental para a economia e para a capacidade sermos autossuficientes em alguns bens". Além de que "é fundamental agarrar as pessoas aos territórios".

O autarca é taxativo: "É fundamental existir mão de obra para que possa haver olivais e azeite. Mas a mão de obra só está no território se o território for interessante para atrair essa mão de obra. Ninguém fica a trabalhar e a produzir se não tiver rendimento suficiente que permita a subsistência de si próprio ou da família. Mas, para que isso aconteça, temos de aumentar o rendimento que as empresas e os agricultores tiram dessa produção e também do olival".

"Queremos ser parte dessa discussão, parte do planeamento e parte da execução", diz Miguel Alves, garantindo que "a CCDR-N quer ter poder de decisão na atribuição dos futuros apoios no âmbito da agricultura". Desde logo porque "temos um desfasamento muito grande nos apoios da PAC e no modo como se reproduzem nos dois pilares, um mais compensatório, outro mais de apoio ao investimento. E, nomeadamente na região Norte, tem havido uma grande discrepância relativamente aos apoios que são dados a nível nacional e os que têm a ver com as aritméticas da própria PAC, mas que prejudicam todo o país".

"De acordo com as políticas da PAC, 82% do montante dos pagamentos diretos que são feitos no âmbito do primeiro pilar destinam-se a apenas 20% dos agricultores no contexto europeu. No contexto nacional, são 87% destes pagamentos que se destinam a 20% dos agricultores", lembra Miguel Alves. Ora, "as regras continuam a privilegiar direitos históricos, que valorizam, muitas vezes, não produções, mas apenas zonas de pastagem. E isso prejudica todos, prejudica o Norte, mas prejudica aqueles que cultivam e que produzem". Pedem, pois, "equilíbrio" e o "incremento de uma visão regional". "Queremos ter uma palavra a dizer sobre esta matéria".

Navigator recebe 140 mil m³ de madeira de eucalipto da Portucel Moçambique



TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Portucel Moçambique, subsidiária da The Navigator Company, arrancou com um projeto piloto de exportação para Portugal de madeira de eucalipto a partir da plantação que detém há sete anos em Sussudenga, província de Manica, no centro de Moçambique.

A madeira chega por via marítima, numa experiência piloto que visa “testar processos para futuras operações de maior escala”, explicou fonte oficial da empresa à “Vida Económica”. A mesma fonte referiu que Portugal foi o primeiro destino escolhido, “uma vez que se pode testar de forma controlada a qualidade da madeira nas distintas operações de transformação” nas fábricas que a Navigator detém em Portugal.

A estimativa é que esta primeira operação de exportação seja de “cerca de 140 mil metros cúbicos” de madeira, embora o objetivo principal da companhia seja “exportar estilha de madeira para os mercados asiáticos” – os maiores consumidores mundiais de estilha de eucalipto – tendo em conta a localização geográfica estratégica de Moçambique.

A existência de um porto de águas profundas na Zambézia, com uma “operação portuária eficiente e assente em tarifas portuárias internacionalmente competitivas, servido por vias de acesso adequadas”, fazem parte das condições colocadas pela Portucel Moçambique para o “acelerar da atividade de plantação” de eucaliptos naquele país africano. O recente anúncio público de que a construção da primeira fase do porto de Macuse vai começar em 2021 e entrar em operação em 2024 abre, portanto, “boas perspectivas”, diz a mesma fonte da Portucel Moçambique.

Recorde-se que esta subsidiária da The Navigator Company está a desenvolver um projeto industrial de base florestal em Moçambique, estimado em 2,5 mil milhões de dólares e a realizar em duas fases. Desde que arrancou, a Portucel já plantou mais de 20 milhões de árvores naquele país africano.

Exportações devem superar 1000 milhões de dólares

Na primeira fase, diz a companhia,

preveem-se “exportações anuais de 100 milhões de dólares e a criação de mais de 2000 empregos”. Na segunda fase, “as exportações devem superar os 1000 milhões de dólares e o emprego será superior a 8000 postos de trabalho”.

A empresa tem uma parceria de ‘know-how’ e de capital com a International Finance Corporation (IFC), que é membro do Banco Mundial. Em declarações à “Vida Económica”, garantem que se trata de um projeto florestal que “gera valor, emprego e prosperidade para Moçambique” e que é “baseado numa relação forte com os seus ‘stakeholders’ e na partilha de valor com as comunidades” locais.

A operação é desenvolvida em articulação com o Governo moçambicano, as organizações da sociedade civil e as comunidades. O memorando entre a Portucel Moçambique – Sociedade de Desenvolvimento Florestal e Industrial, SA e o Governo de Moçambique foi firmado a 9 de Julho de 2018 com o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. A Portucel garante que está em causa a implementação de “um projeto sustentável e inclusivo, sem reassentamentos (deslocação involuntária da população), que respeite os direitos das comunidades locais, cumpra as leis moçambicanas e preserve os recursos naturais, contribuindo para os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável” da ONU.

O projeto gera impactos económicos e sociais “positivos”, garante a Portucel Moçambique, revelando que “emprega uma força de trabalho permanente direta e indireta de 250 pessoas” e que “já foram pagos localmente mais de 12 milhões de dólares em salários pelo trabalho ocasional contratado junto de membros das comunidades onde operamos”.

Em 2020, a Navigator, que tem como CEO António Redondo, registou um volume de negócios de 1385 milhões de euros, o que representa uma quebra de 17,9% face a 2019. Também os lucros caíram para 109 milhões de euros, ou seja, menos 35,1% face ao período homólogo. As vendas de papel representaram cerca de 68% do total do volume de negócios, as vendas de pasta de papel 11% e as vendas de ‘tissue’ (lenços de papel, entre outros) 10%.

Aquacultura: Governo renova mais de 1100 licenças para atividade aquícola por mais um ano e evita “caos” no setor

Uma norma transitória prevista no artigo 46º do Decreto-Lei nº 40/2017 “penaliza gravemente” as unidades de produção de peixe em aquacultura localizadas em águas marinhas, salobras e interiores, uma vez que “não dá a oportunidade de adaptar, automaticamente”, as atuais licenças em Título da Atividade Aquícola (TAA). Em causa estão mais de 1100 licenças, cuja validade termina a 12 de maio, decorrente da aplicação do Decreto-Lei nº 46/2016.

Os ministérios do Mar e do Ambiente reconhecem a situação, mas garantem que foram tomadas as “diligências necessárias com vista à prorrogação do prazo de validade dos respetivos títulos até 11 de maio de 2022”. Já o presidente da Associação Portuguesa de Aquicultores (APA) diz que a medida “apenas adia a resolução do problema” e que as autoridades oficiais “defraudam as justas expectativas” dos investidores do setor.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Estão em causa mais de 1100 licenças em Título da Atividade Aquícola (TAA) das unidades de aquacultura “localizadas, a grande maioria, na ria Formosa”, assim como centenas de operadores económicos, nacionais e estrangeiros, largos milhões de euros de investimento instalado, “cerca de três mil postos de trabalho diretos e cerca de 70 milhões de euros em volume de negócios”. Em declarações à “Vida Económica”, o presidente da APA mostra-se “muito preocupado” com os que “têm hoje em dia os seus investimentos feitos e a sua produção em velocidade cruzada”.

Diz a APA que, se o Governo seguisse estas propostas, “daria condições e segurança jurídica às empresas, para adaptarem as suas licenças ao novo regime de licenciamento, sem necessidade de existir um edital público (onde qualquer pessoa pode concorrer ao mesmo espaço)”.

Acima de tudo, se o Governo procedesse desta forma, “não condicionaria os investimentos feitos e os futuros, muitos deles apoiados com fundos públicos”, diz a APA. Rui Moreira não tem dúvidas: “Seria uma forma simples e rápida de ultrapassar toda esta situação, salvaguardando sempre os interesses dos aquicultores, do Governo e dos contribuintes”.

Recorde-se que o contributo da aquacultura para o abastecimento global de peixes, crustáceos e moluscos “tem aumentado a um ritmo de cerca de 8,8% ao ano, desde 1970”, segundo a própria DGRM. Em termos mundiais, a produção de aquacultura equivale a “cerca de metade de todo o peixe consumido no

mondo, sendo a China o maior produtor mundial”.

Em Portugal, de acordo com o Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa 2014-2020, “em 2012 existiam 1432 estabelecimentos ativos, ou seja, 96% dos 1492 estabelecimentos licenciados”, maioritariamente unidades produtivas de base familiar. Desses, 94,2% eram “viveiros” para produção de moluscos bivalves; 4,7% eram “tanques” para a produção de peixe, 1% eram “estruturas flutuantes”, também destinadas à produção de moluscos bivalves.

Para resolver esta situação a Associação propôs ao Governo que as licenças de exploração e de recursos hídricos, atualmente em vigor, fossem adaptadas para TAA, estabelecendo-se “um ponto zero para a produção instalada que, sem necessidade de iniciar um procedimento novo, passaria então a ser regulada pela nova realidade do licenciamento aquícola”. E teria, desta forma, “um prazo de validade estabelecido com a possibilidade de ser renovado, tendo em conta o artigo 20º do Decreto-Lei nº 40/2017”.

Além disso, diz Rui Moreira, presidente da APA, “esta é uma situação já prevista para as águas interiores, conforme o artigo 83º do Decreto-Lei nº 112/2017, podendo ficar igualmente prevista no artigo 46º do DL nº 40/2017”.

Segundo a APA, esta adaptação das atuais licenças para TAA deveria ser atribuída caso o aquicultor fizesse prova do bom uso do espaço do domínio público onde está localizada a sua unidade de produção, o que podia ser comprovado “através da entrega anual dos inquéritos à produção” da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e do Instituto Nacional de Estatística (INE), previstos no artigo 32º do Decreto-Lei nº 40/2017. Mas, também, informando “da produção anual declarada de acordo com o constante do TAA”, através da entrega dos comprovativos de faturação que comprovassem a produção anual declarada ou por via da entrega das “declarações de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária aquando do pedido de atribuição do TAA” ou, ainda, declarando a “criação e manutenção dos postos de trabalho previstos, salvo nos casos de força maior ou por causas não imputáveis ao aquicultor”.

Quanto à validade dos títulos emitidos previamente à entrada em vigor do Decreto-Lei 38/2015, de 12 de março, o MAAC confirmou que a mesma foi “prorrogada pelo período de seis anos, a contar da data de produção de efeitos deste diploma, por força do regime transitório constante do Decreto-Lei 46/2016, de 18 de Agosto”. Ou seja, a sua validade estende-se até 12 de maio.

Quanto à eventual renovação ou emissão de novos títulos, o MAAC remeteu

as respostas para o Ministério do Mar e para a DGRM, que detêm essas competências.

Nova lei a caminho

E foi o presidente da DGRM quem clarificou a situação. Respondendo às questões da “Vida Económica”, José Carlos Simão, diretor-geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, reconheceu que existem licenças – “cerca de 1100” – cujo “prazo termina a 12 de maio de 2021”. Contudo, numa “articulação” entre os ministérios do Mar e do Ambiente e da Ação Climática foram tomadas “as diligências necessárias com vista à prorrogação do prazo de validade dos respetivos títulos até 11 de maio de 2022”.

Prorrogação por mais um ano

Questionado sobre se a DGRM vai emitir editais para atribuição de novas licenças e em que condições, José Carlos Simão limitou-se a dizer que “será seguida a legislação em vigor” e explicou que “a aquicultura em águas de transição resulta de um regime especial relativamente ao regime da utilização dos recursos hídricos”, cujos títulos de utilização privativa para aquicultura nestas águas, decorrem do Decreto-Lei 38/2015.

Explicou também que “desde novembro de 2015 que o desenvolvimento sustentável da aquicultura passou a constituir um dos objetivos estratégicos do Ministério do Mar” e que, em resultado de um “trabalho de simplificação do licenciamento”, estes títulos, “em termos médios, são atribuídos num prazo inferior a 60 dias”. Frisou ainda que, através do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEM - <https://www.psoem.pt/>), “identificaram-se os espaços adequados para a atividade aquícola em mar aberto”.

Por outro lado, refere José Carlos Simão, “em estreita ligação com as diferentes entidades interessadas, foi também elaborado o Plano para a Aquicultura em Águas de Transição (PAQAT)”, cuja conclusão “foi condicionada, não só pela situação pandémica, mas também pela situação específica da necessidade de acautelar soluções para áreas em que



Ficha Técnica: Edição e coordenação: Teresa Silveira | Email: teresasilveira@vidaeconomica.pt | Paginação: Flávia Leitão | Periodicidade: Mensal



a prática da aquicultura foi interdita por razões de saúde pública”.

Assim, “na pendência da elaboração do PAQAT, optou-se por prorrogar o prazo de validade dos títulos existentes” por mais um ano, diz o diretor-geral, garantindo que, “uma vez aprovado o plano, serão observadas na emissão de novos títulos as regras do Decreto-Lei 38/2015, de 12 de março”.

A fim de salvaguardar a posição dos titulares de licenças existentes, José Carlos Simão assegura que os ministérios do Mar e do Ambiente estão “a articular uma iniciativa legislativa que visa a prorrogação do prazo de validade das licenças pelo período julgado necessário para conclusão da elaboração do PAQAT”.

APA: prorrogação “coloca em causa 70 milhões em volume de negócios”

Confrontado com as respostas dadas à “Vida Económica” pelos ministérios do Ambiente e do Mar, o presidente da APA não se mostra convencido. Rui Moreira diz que a situação, a manter-se como está, e com a previsão do Governo de replicar o Decreto-Lei 46/2016 mas agora com a prorrogação dos prazos das licenças por mais um ano, “irá colocar em causa cerca de três mil postos de trabalho diretos e cerca de 70 milhões de euros em volume de negócios”, ou seja, “quase três quartos do total nacional” do setor. Em consequência, “e como será expectável, este volume de negócios e produção correspondente será substituído por mais importações”.

Rui Moreira faz notar que a prorrogação por um ano das licenças referidas pela DGRM “respeita apenas às licenças da Ria Formosa (e Lagoa de Albufeira, que tem produção residual), que se vençam no dia 12 de maio de 2021”, criticando a postura do Governo de, “com a sua linguagem opaca iludir os contribuintes e defraudar as justas expectativas do setor, adiando sistematicamente os problemas”.

“Desde 2015 que a Associação tem defendido a conversão automática das licenças”, diz o presidente da APA. Aliás, “ainda recentemente tivemos oportunidade de a expor novamente ao senhor ministro do Mar [Ricardo Serrão Santos] e à senhora secretária de Estado das Pescas [Teresa Coelho] aquando da visita efetuada a unidades aquícolas de Alvor e em várias reuniões”. Aguardam agora a nova legislação, “mas não estranharemos que se desculpem com a pandemia da Covid (que tem apenas um ano, não seis anos) e com a legislação que criou o PAQAT, que já tem cerca de seis anos (DL 38/2015) e com o DL 46/2017 quase quatro anos”.

Rui Moreira avisa: “Em termos de aquacultura, [a prorrogação por um ano] apenas adia a resolução do problema da renovação das licenças da Ria Formosa (e à Lagoa de Albufeira)”. Além disso, “que, no que respeita ao licenciamento na Ria de Alvor (que consta no Decreto-Lei 38/2015) e em algumas zonas do estuário do Sado, estes “não se regem pela legislação mencionada, pois a Docapesca e a APSS [Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra], respetivamente, têm as suas próprias regras de renovação das licenças”. Dá, aliás, nota de que, “em Alvor, a Docapesca prolongou agora por alguns meses algumas licenças até 31 de dezembro de 2021 e estão a atribuir licenças anuais noutros casos”.

“Em Portugal continental, o critério do prazo de validade das licenças não é uniforme, pois tanto atribuem a um viveiro de bivalves um prazo de 10 anos como de 25 anos”, acusa o presidente da APA. E deixa um aviso: se o novo Decreto-Lei “incluir a suspensão das transmissões a partir da sua publicação, será uma travagem brutal do setor na Ria Formosa, sem qualquer racional e discriminando negativamente a Ria Formosa em relação ao resto do país”.

Ciclo de webinars “Os desafios do agroalimentar na próxima década”

Fruticultura e os desafios da exportação

quinta-feira, 27 maio às 15h00, via Zoom



Rui Martinho
Secretário de Estado
da Agricultura e do
Desenvolvimento Rural



Gonçalo Andrade
Presidente da Portugal Fresh



Fernanda Machado
CEO da BFruit



José Martins
Produtor de medronhos e
CEO da Lenda da Beira

Ciclo de webinars

Desafios e oportunidades do agroalimentar na próxima década



- 25 de junho** Os vinhos portugueses no mercado externo
- 29 de julho** O investimento na floresta
- 29 de Setembro** A aquicultura e a transformação de pescado
- 28 de outubro** A produção e exportação de amêndoa
- 25 de novembro** Tecnologia e sustentabilidade na produção agrícola
- 19 de dezembro** Os desafios do setor dos lacticínios

Patrocínio:



* Participação gratuita, mas sujeita a inscrição por email para anabessa@vidaeconomica.pt

Informações/Inscrições

Ana Bessa (Dep. Formação) | Vida Económica - Editorial SA.
Rua Gonçalo Cristóvão, 14 R/C | 4000-263 Porto | ☎ 223 399 427/00
Email: anabessa@vidaeconomica.pt | www.vebs.pt